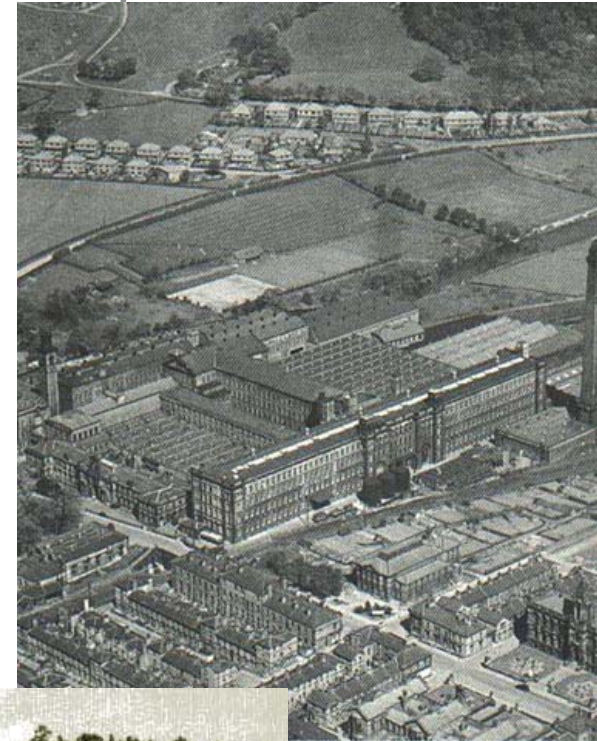
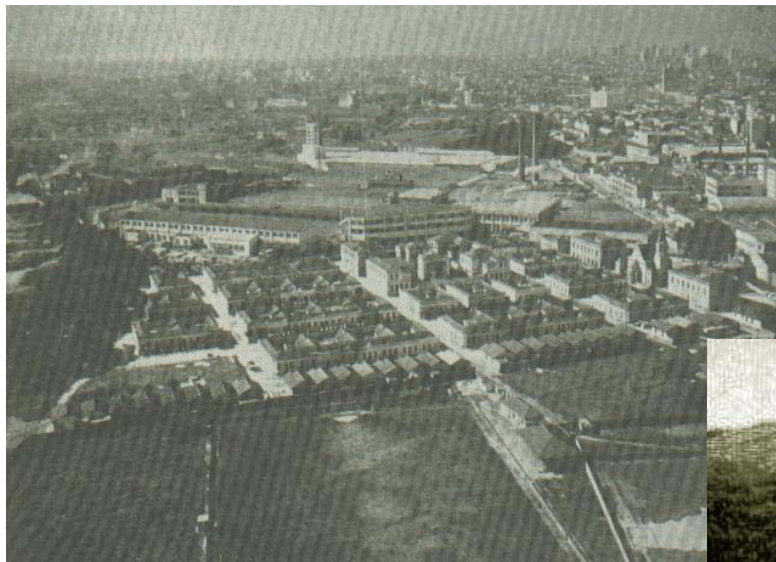


Habitação e modos de vida em vilas operárias



Introdução.....	p. 2
Histórico.....	p. 4
Estudos de caso.....	p.12
Saltaire – Bradford-Inglterra.....	p.12
Vila Maria Zélia – São Paulo-SP.....	p.17
Núcleo residencial dos operadores da CESP - UHE Bariri-SP.....	p.23
Considerações finais.....	p.28
Referências.....	p.30

Essa monografia é o resultado das reflexões realizadas dentro da disciplina Habitação, Metrôpoles e Modos de Vida, ministrada pelo Profº. Drº. Marcelo C. Tramontano, na qual se analisa a habitação contemporânea urbana brasileira, no que se refere às relações entre seu desenho atual, sua história recente, a evolução dos modos de vida de seus ocupantes e a evolução das estruturas sociais. Para isso, são estudados os principais modelos que contribuíram para caracterizá-la - as maneiras de morar dos primeiros colonizadores, o modelo burguês parisiense oitocentista, a habitação modernista do entre-guerras europeu -, além de mapear tendências posteriores à Reconstrução européia, no segundo pós-guerra.

O nascimento e a evolução da metrópole moderna, a partir da industrialização das cidades, é o pano de fundo sobre o qual se situa o espaço doméstico e onde se desenrola a vida cotidiana, discutida na disciplina.

A monografia passa ser um momento de reflexão acerca da produção de vilas operárias em São Paulo, no momento de sua modernização e ascensão à metrópole urbana (início do século XX), servindo de base para uma análise comparativa entre as tipologias habitacionais, e as relações de conjunto, vizinhança e urbana desses espaços. Para isso, selecionou-se a vila Maria Zélia, da Companhia Nacional de Tecidos de Juta, de Jorge Street, projetada em 1916, como um “exemplar excepcional do binômio indústria-vila operária, característico da primeira fase de industrialização paulistana” (BENCLOWICZ, 1989, p.345).

Com o objetivo de fazer uma análise mais completa sobre a construção de vilas operárias, mais dois exemplos foram selecionados. O núcleo residencial dos operadores da Hidroelétrica Álvaro de Souza Lima em Bariri, construído pela CESP em 1962, que exemplifica um caso de vila de pequeno porte, mais interiorizada, que apresentou modos de vida diferentes dos encontrados na vila da capital. E, completando essa análise, será também estudada a vila operária de Saltaire, construída em 1851 pelo empresário têxtil Titus Salt, próxima a Bradford na Inglaterra, uma vez que o modelo europeu de

vila de empresa difundiu-se pelo mundo, exercendo grande influência em todas essas experiências brasileiras, e esta, principalmente, sobre a vila Maria Zélia.

Com isso, são verificadas e levantadas as relações das três vilas com as cidades em que se inserem, bem como a realização de uma leitura das unidades habitacionais – programa, organização espacial, arquitetura - para então serem analisadas as diferenças e semelhanças entre elas. Este trabalho é um recorte dentro do Tema 3 das propostas de monografia – Habitações econômicas paulistanas no início do século XX: análises espaciais – com o título de: Habitação e modos de vida em vilas operárias.

Histórico

O processo de urbanização na Europa acentuou-se a partir do século XIX, juntamente com a Revolução Industrial, gerando uma grande explosão demográfica nas cidades, bem como uma exacerbada falta de moradias. Essa situação de emergência levou a várias iniciativas de construção de habitação operária:

É nessa ótica que surgem, em 1822, as propostas do filósofo francês Charles Fourier, cujo principal emblema é o Palácio Societário ou Falanstério, concebido como um grande edifício onde, além das habitações para três mil e quinhentas pessoas, alguns equipamentos de uso coletivo complementar a vida doméstica comunitária (TRAMONTANO, 1998, p.22).

Fourier pensava não só uma habitação digna, mas também uma sociedade ideal, sendo assim, referência dentro de uma realidade de caos nas moradias, apesar de ser considerado utópico naquele momento. A partir daí, a Europa viu-se tomada por várias experiências de vilas operárias, sendo a grande maioria formada por casinhas isoladas, geminadas duas a duas, em blocos de quatro ou mesmo enfileiradas, e sempre próximas às fábricas.

Esses modelos foram seguidos posteriormente no Brasil. Tais realizações contribuíam para a manutenção das relações paternalistas entre patrões e empregados e para o barateamento da força de trabalho.

A casa isolada no lote era preferência uma vez que “[...] estava mais de acordo com o discurso moralizante dos técnicos do paternalismo social” (GUERRAND, 1992, p.375). Essas habitações eram versões simplificadas e vulgarizadas da habitação burguesa, distantes dos centros das cidades e seguindo as idéias dos reformadores burgueses, contrários ao adensamento e aos conjuntos coletivos. Dessa maneira a casa operária passou a não ser alvo mais de filantropismo, mas sim, de investimento de capitais.

A emergência da grande indústria trouxe consigo um forte esforço de reorganização do trabalho e principalmente do controle dos trabalhadores em certas circunstâncias de seu cotidiano. A partir das duas últimas décadas do século XIX até os anos quarenta do século XX, difundiu-se largamente pelo Brasil a prática de criação de vilas operárias em cidades e de núcleos fabris em localidades rurais. Existem duas modalidades distintas de vilas operárias: a primeira, como assentamento habitacional, patrocinado por empresas e voltado a seus funcionários – vila operária de empresa – e a habitação promovida por investidores privados e voltada ao mercado de locação – vila operária particular. Algumas vezes, essas habitações confundiam-se com o espaço urbano existente, já que possuíam as mesmas características físicas.

Existiram também, casos nos quais as casas erguidas por empresas situavam-se fora das cidades, configurando um núcleo residencial isolado: “[...] muitas empresas criaram não só vilas, mas verdadeiras cidadelas, porque se estabeleciam em locais isolados, onde inexistia mercado de trabalho ou cidades capazes de concentrar trabalhadores e oferecer o mínimo de serviços e equipamentos urbanos” (BONDUKI, 1998, p.47).

A construção de habitação operária por indústrias esteve relacionada com a necessidade de construção de fábricas em localidades rurais, junto às fontes de energia e de matéria-prima e esteve “inserida em estratégia de disciplina da mão-de-obra, fundamentada na sedentarização, na moralização dos costumes e na difusão de novas noções de higiene” (CORREIA, 1997, p.2). A cidade de São Paulo, por exemplo, passou da condição de vila provinciana à de metrópole industrial, muito rapidamente. Nesse processo percebeu-se claramente a influência estrangeira e as novas idéias vindas com a “era da máquina”, que passaram a fazer parte do cotidiano paulistano sem qualquer critério de avaliação. Com a riqueza do café que dinamizou as atividades comerciais na capital paulista, foram criadas condições propícias ao desenvolvimento industrial e à expansão da cidade. Assim, o mercado consumidor urbano sofreu grande crescimento, bem como a demanda pelas novidades, em

um processo tipicamente capitalista. São Paulo tornou-se o centro para onde convergiam os pensamentos e a ação inovadora da época.

Neste momento, grande parte da população paulistana morava em casas de cômodos, cortiços, hotéis-cortiços, e outras formas improvisadas de habitação. Quase todas eram casas de aluguel.

O poder público da época, com fortes traços liberais, portanto não intervencionista, reagiu a este forte problema habitacional de modo ambíguo. Tomando a questão da higiene como mote, legislou, estabeleceu códigos de posturas, priorizou, de certa forma, obras de saneamento e urbanização, estabeleceu um controle sanitário da habitação, assim como da manutenção da ordem, corriqueiramente usando a força policial, impondo não só modelos de habitação, como padrões de comportamento. Tudo para fazer frente à ameaça que sofria a saúde pública, em consequência das epidemias freqüentes na época, atribuídas à insalubridade das moradias populares (SANTOS, 2002, p.71).

Até 1929, a casa operária era ainda definida como uma edificação que devia contar no máximo três peças entre aposentos e salas, além de cozinha e privada, segundo o *Código de Obras Arthur Saboya*. Ostensivamente, “ignorava-se o custo do terreno, abstraía-se o sítio de implantação das casas, numa época em que o esquema de implantação de construções consagrava o lote e as unidades unifamiliares independentes” (SEGAWA, 2000, p.161). O mesmo poder público que impunha restrições normativas à habitação operária, promoveu e estimulou sua produção através da iniciativa privada, com lei de isenção de impostos, difundindo a vila como modelo de habitação perfeita, econômica e higiênica, seguindo o padrão de habitação unifamiliar, que além de satisfazê-lo, privilegiava também os empreendedores.

A maioria das casas construídas até 1910 era de posse de investidores onde companhias construtoras que as construíam em terrenos próximos aos das fábricas, a baixo custo e com objetivo específico de aluguel. Da mesma forma, algumas cooperativas também investiam na construção de

casas para aluguel. Ao criar incentivos para a construção de habitação operária, o poder público não especificava por quem elas deveriam ser construídas, dando margem assim, a várias possibilidades.

Assim, a construção da habitação operária em São Paulo acontecia seguindo três tipos de iniciativas, principalmente. A primeira delas que era empreendida pelo próprio trabalhador (como ocorreu com os de procedência italiana), depois, a mais freqüente, através de investidores ou companhias privadas que visavam lucro com o aluguel, e a terceira delas que foi a construção de habitações pelas indústrias para seus operários. Essa última, geralmente de grande porte, exigia uma maior aplicação de capital, como exemplo, a “cidade operária” da Fábrica Votorantim em Sorocaba, para 3000 operários.

Diante dessa nova realidade, o espaço urbano foi sendo modificado para acompanhar as transformações que estavam em andamento. Já na virada do século, muitas foram as obras de modernização e expansão do centro histórico, junto com a formulação de uma “legislação” de caráter predominantemente sanitarista. Em arquitetura, “formalmente, configura-se nas estações ferroviárias, nos armazéns, nas indústrias, nas vilas operárias, nos edifícios de múltiplos andares, a ruptura estática que irá caracterizar o século XX” (BENCLOWICZ, 1989, p.3).

Até meados da década de 30, o espaço operário configurou-se através de inúmeros bairros, numa paisagem específica. Brás, Belenzinho, Tatuapé ao longo dos trilhos da “Central do Brasil”; Brás, Pari, Mooca e Ipiranga acompanhando a “Santos-Jundiaí”; Barra Funda, Água Branca, Lapa, que serviam a via férrea e também a “Sorocabana”, assemelhavam-se entre si. Junto a esses terrenos que acompanhavam as linhas férreas, localizavam-se os estabelecimentos fabris e as habitações operárias, já que os terrenos eram obtidos a preços baixos.

O parque industrial paulistano era composto, nessa época, por fábricas de tamanho médio e pequeno, que chegavam a estabelecer-se entre as residências proletárias, configurando bairros mistos, industriais e habitacionais ao mesmo tempo.

As áreas industriais caracterizavam-se assim, pelas centenas de casas enfileiradas diretamente sobre as calçadas ou no interior das quadras, pelas pequenas oficinas ou fabriquetas ao longo dos quarteirões, pelos armazéns comerciais nos principais cruzamentos viários, destacando-se apenas em sua paisagem urbana, as grandes fábricas e suas chaminés (BENCLOWICZ, 1989, p.246).

A maioria das indústrias situadas próximas ao núcleo central, construía vilas operárias destinadas aos operários mais qualificados, que eram necessários reter e controlar junto à produção. Dentro da vila, poderiam ocorrer diferentes tipos de habitação, destinadas aos diferentes cargos dentro da empresa, mas todas seguiam critérios da padronização em série, com programas que procuravam atender simultaneamente às exigências de proporcionar um mínimo conforto necessário aos seus habitantes, e a máxima economia para seus construtores. Ficavam prontas rapidamente e representavam um retorno imediato do capital através do aluguel. Os terrenos, normalmente localizados nos centros dos quarteirões, abrangiam diferentes tamanhos de conjuntos, que iam desde pequenos núcleos de casas até núcleos maiores, que poderiam também envolver vários quarteirões.

Afastando-se do ambiente das grandes cidades, visto como fonte de perigos sanitários, morais e políticos, ampliou-se o controle das circunstâncias que envolviam o cotidiano operário nos assentamentos que criaram, o que possibilitou aos industriais, a chance de obter um grupo de trabalhadores mais produtivo e submisso. Era o caso das numerosas vilas de companhias ferroviárias e de energia elétrica. No caso das indústrias têxteis, o alojamento de mestres, contramestres e outros trabalhadores especializados, então escassos, foi outro fator que levou muitas empresas a construir vilas.

A vida e a organização do trabalho nestes núcleos exigiu uma grande adaptação dos trabalhadores, por exemplo, a de novos hábitos domésticos e de lazer, a uma nova distribuição de atividades regidas pelo tempo linear do relógio, à disciplina da fábrica, da escola, do padre, do vigia

e do médico. Assim, “a vila operária, é um dos bens em que o capital privado investe para tornar possível *armazenar* a força de trabalho livre necessária à produção” (BLAY, 1985, p.40). E, segundo Marins (1998), essas vilas ainda submetem seus moradores às primeiras experiências de massificação de moradia, seja pela disposição rígida das plantas arquitetônicas, seja pela própria uniformidade externa dos blocos de habitações.

Por outro lado, o que ocorria em muitos casos era a companhia instalar-se em núcleos urbanos já existentes, de acordo com seu porte, podendo requerer alterações importantes na infra-estrutura local, deixando nítida a necessidade de uma interface com o Estado. A este, cabia primeiramente institucionalizar tal forma de apropriação, e depois, criar mecanismos que facilitassem a expansão do espaço construído. Conseqüentemente, os projetos de arquitetura destes empreendimentos tendiam a partir dessa idéia - “mini-cidade” - cujo programa era definido em função das características particulares do empreendimento, e contavam com vários equipamentos coletivos. Esse tipo de vilacidadela foi raro na capital paulista, com exceção da vila modelar Maria Zélia. No projeto quase sempre estavam presentes influências da própria formação do projetista, que tendia a introduzir os valores culturais de sua região de origem, e que acabavam por coincidir com os valores de dirigentes da empresa.

Em muitos casos, apesar de se observarem os devidos cuidados em relação à adaptação das construções ao clima local, os projetos terminavam por diferenciar-se daquilo que se verificava na região, causando estranheza. No Brasil, o mecanismo se repetia, levando-se padrões característicos dos centros nacionais mais industrializados, para regiões que apresentavam características culturais peculiares e que acabavam por não serem consideradas.

Da mesma forma, poucos foram os industriais que tiveram uma intenção mais idealista em seus empreendimentos imobiliários, destacando-se como exceção, Jorge Street, que construiu em 1916 a Maria Zélia, como será tratado adiante. Ao construir uma vila operária, o industrial obtinha a posse

das casas, o que, na maioria das vezes, servia como instrumento para pressionar a força de trabalho, gerando conflitos nessa relação patrão-operário. “O proprietário da casa é o mesmo comprador da força de trabalho. E o vendedor da força de trabalho é o mesmo que paga o aluguel. Nesta transação o industrial utiliza sua dupla condição para rebaixar o salário a ser pago” (BLAY, 1985, p.214).

A vida dos operários era um prolongamento da rígida disciplina do regime de trabalho fabril. Dessa forma, inexistia a liberdade formal que o trabalhador assalariado possuía no capitalismo, como vendedor de sua força de trabalho. Logo, os membros da família operária, segundo Benclowicz (1989), acabavam por existir fora da fábrica, enquanto uma espécie de “colonos”, “agregados” ou “moradores” dos domínios da empresa.

O estilo industrial inglês (Manchester) foi o predominante, com suas estruturas de ferro e a maquinaria favorecendo isso. Algumas ainda seguiam o estilo alemão, como a Fábrica Maria Zélia, cujo projeto foi concebido inteiramente em Bradford na Inglaterra. Esses projetos, sendo importados ou não, eram realizados por engenheiros que os executavam dentro das modernas técnicas de construção. Primeiramente as estruturas metálicas e depois as de concreto armado foram amplamente utilizadas, os materiais eram geralmente de primeira qualidade e de procedência nacional, fugindo ao excessivo decorativismo predominante na época, produzindo uma linguagem desprovida de ornamentos. Alguns conjuntos remanescentes constituem até hoje exemplo de boa arquitetura.

Nota-se que para a implantação de muitos empreendimentos no Brasil a partir de 1950, necessitou-se construir vilas que se tornaram ociosas rapidamente. Ao observar grandes projetos, além das “vilas definitivas”, há a necessidade de “vilas provisórias”, destinadas aos trabalhadores absorvidos no período das obras. Um dos fatos importantes relacionados às “vilas provisórias” era a sua ociosidade. Enquanto, por um lado, representava um investimento da empresa que se perdia rapidamente, por outro, convivia com a extrema precariedade das condições habitacionais da população atraída pelo empreendimento e que se fixava em seu entorno.

Em uma tentativa de minimizar os encargos associados à garantia de habitação, os equipamentos urbanos e serviços, que antes eram geridos pela própria empresa, passaram com o tempo, a serem repassados a terceiros, ou seja, descaracterizando o acesso à moradia como algo totalmente gratuito.

As vilas operárias simbolizam um tipo de relação social entre operariado e empregados que extrapolou e extrapola a camada dos que nelas vivem; esta relação difunde-se de modo 'exemplar' no seio do operariado que reconhece o fato de que certas indústrias 'oferecem' casas aos trabalhadores. A experiência iniciada no passado nunca se interrompeu, as casas foram sendo sucessivamente oferecidas por empresas nacionais, no passado, e multinacionais que se instalaram no país nas últimas três décadas (BLAY, 1985, p.321).

Estudos de caso

Saltaire – Bradford-Inglaterra

A vila de Saltaire foi construída entre 1851 e 1872, distante três milhas do centro da cidade de Bradford na Inglaterra, no vale do rio Aire – que abastecia as necessidades da produção manufatureira. Com 2,59 Km², possuía além de 820 casas, escolas, igreja, hospital, banhos públicos, clube e um amplo parque público. Exemplo de cidade pós-liberal, sua concepção foi influenciada pelas idéias dos novos conservadores ingleses e pelos reformadores e socialistas utópicos do começo do século XIX, como Robert Owen. Nesses planos enfatizava-se o efeito moralizante do caráter, o desenho e a aparência das casas, ruas e edifícios públicos. Ou seja, boas casas produziam boas pessoas.

Quando completa, ela tornou-se uma unidade econômica e social que oferecia tudo que um empregado poderia querer para sua vida: trabalho, saúde, educação, instruções de moral, provisões para atividades de lazer e boas casas. Sendo assim, o contrário de tudo o que se encontrava em Bradford, como conflitos políticos, poluição industrial, bebedeiras, epidemias e sujeira. Essa foi uma das cidades que apresentou maior crescimento industrial no período de 1801 até 1851, tornando-se não apenas a capital inglesa da indústria da lã, mas sim, o centro mundial dessa produção.

Titus Salt já era um industrial famoso e respeitado em Bradford pelas suas ações filantrópicas, nas quais ajudava instituições de caridade, de educação e religião, ou mesmo por sua participação ativa no Parlamento. Mas, segundo Styles (1990), depois que suas idéias sociais encontraram expressão física da fábrica, nas casas, nos edifícios públicos de sua vila modelo, ele foi ainda mais aclamado. Esse reconhecimento não vinha apenas da população local, mas, sobretudo, de pessoas ligadas à saúde, à educação e ao poder, que estavam assustadas com a explosão de crescimento das novas indústrias, e com a degradação moral e política das classes trabalhadoras.

Assim, Saltaire sugeria a possibilidade de conciliar expansão industrial com estabilidade social. O espaço no qual o desenvolvimento físico, material e moral dos trabalhadores, seria promovido por

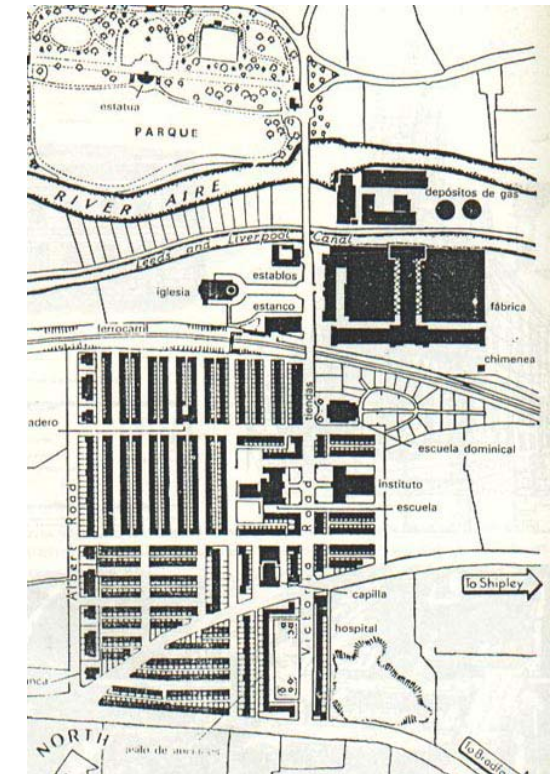


Figura 1: implantação geral com indicação da fábrica, da vila operária e dos equipamentos comunitários. Fonte: Benclowicz, 1989.

um bom empregador. De todos os estabelecimentos construídos por empresários no terceiro quarto do século XIX, Saltaire foi o mais ambicioso e famoso.

A fábrica era uma maravilha para a época, era enorme, moderna e ricamente ornada. E ainda hoje, seu tamanho continua a impressionar quem a visita. Mais de 3 mil pessoas chegaram a trabalhar lá quando funcionou integralmente. Os arquitetos que a projetaram foram Henry Lockwood e William Mawson, responsáveis pelo desenho da maior parte da vila de Saltaire, e inclusive, de vários edifícios públicos e industriais, como a Bolsa de Lã. A variedade de edifícios demonstra como a dupla era capaz de projetar segundo diversos estilos, incluindo o clássico e o gótico.

O primeiro edifício a ser construído foi o da fábrica, em estilo Italiano do século XV. Somente em 1954 foi que Titus Salt voltou sua atenção para a vila modelo, o que durou os próximos vinte anos. O plano da vila possuía um compromisso radicalizado com a ortogonalidade, uma vez que fazia poucas concessões às características naturais do sítio. Um simples princípio de zoneamento funcional foi seguido, separando trabalho, habitação, religião e lazer.

As habitações unifamiliares foram completadas em 1871. Eram conjugadas ou dispostas em blocos, apresentando grande desenvolvimento perto do que se estava acostumado a ver como habitação operária. Elas seguiam vários projetos e tamanhos, expressando a hierarquia do trabalho: as destinadas aos gerentes; um grupo maior de 775 moradias para os operários e 45 casas de caridade cedidas a alguns ex-operários.

Ao lado da divisão funcional, estabeleceu-se uma outra, de ordem social, pela concentração em cada rua de casas de um mesmo padrão. O aluguel não era maior do que o cobrado em Bradford, sendo às vezes até menor. As casas tinham, no mínimo, dois quartos, sala, cozinha, sanitário, e quintais com acesso para vias sanitárias, sendo todas abastecidas por água e gás, e as maiores possuíam jardim. Apresentavam um despojamento de ornamentação, pelo menos as mais simples, obtido pelo uso sucessivo do tijolo aparente e das arcadas redondas.

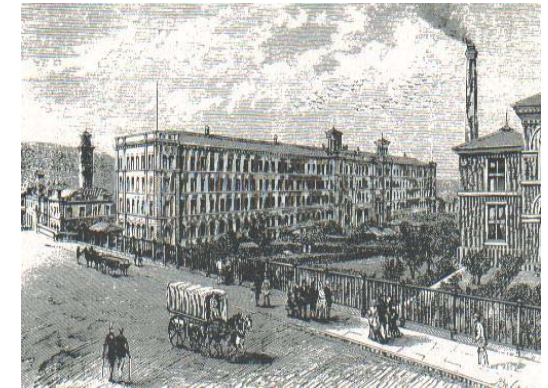


Figura 2: vista geral da fábrica.

Fonte: Styles, 1990.



Figura 3: vista geral da vila residencial.

Fonte: Reynolds, 1985.

Além das escolas de ensino regular, foi criado um Instituto no qual se promoviam aulas de artes e ciências para os que já haviam deixado a escola, onde as crianças menores de oito anos passavam todo o dia, e as de 8 a 13 anos, quando já trabalhavam na fábrica, passavam meio expediente. Meninos e meninas eram ensinados separadamente. O Instituto também oferecia educação para adultos, através de laboratórios, sala de concerto, sala de leitura, biblioteca, escola de arte e salas de aula.

O lazer era um problema pra o industrial, pois em sua concepção, era nesse momento que aconteciam as tentações como imprudência, bebida, fornicação e violência. No parque de Saltaire a disciplina era rigorosa: proibiam-se jogos de azar, proibiam-se crianças desacompanhadas, vetava-se o fumo dentro das construções, eventos coletivos só aconteciam com permissão prévia, o acesso ao parque só era feito durante o dia e aos domingos, somente pela tarde. De acordo com Reynolds (1985), a infração dessas leis podia conduzir à expulsão do parque por períodos de tempo estipulados pelo próprio industrial Titus Salt.

De Saltaire procurou-se excluir tudo o que se entendia ser fonte de corrupção, segundo Styles (1990), não havia lugar para os pobres julgados dissolutos, sobretudo, para imigrantes católicos irlandeses, comumente associados na época à bebida e às desordens. Atividades consideradas nocivas, também foram afastadas do local. A idéia da vila como lugar moralizante costumava ser condensada na ausência de pubs, casa de penhoras e polícia. Para compensar a falta dessas casas públicas, eram oferecidas muitas alternativas de lazer, sempre controladas, como clubes de cricket, de pesca, etc, sendo o mais importante destes espaços, o Instituto.

Como forma de conciliar o trabalho fabril com o agrícola, entendido como instrumento de moralização do trabalhador e de reforço orçamentário doméstico, além do jardim existiam também terras para cultivo. Esta prática agrícola era muito promovida, sendo inclusive fundadas sociedades horticolturas.



Figura 4: vista geral do Instituto.
Fonte: Reynolds, 1985.



Figura 5: vista geral do Hospital.
Fonte: Correia, 1998.

Testemunhando a importância da religião, a Igreja Congregacional, da qual o industrial Titus Salt era membro, foi o primeiro prédio comunitário a ser construído e localiza-se em frente à fábrica. Posteriormente foi também construída uma igreja metodista, à qual a maior parte dos operários estava filiada. Uma escola dominical congregacional foi também criada, com espaço para 800 crianças. O industrial procurava encarnar a figura de homem religioso e caridoso, não desprezando ações filantrópicas como testemunhos nesse sentido. Construiu, inclusive, 45 casas em volta de uma praça para alguns ex-operários idosos. Essas casas foram cedidas gratuitamente e seus ocupantes recebiam, ainda, uma pequena pensão da fábrica, e só tinham acesso a elas, aqueles que eram julgados como possuidores “de um bom caráter moral”.

Do ponto de vista da estratégia patronal, a concepção desse tipo de vila operária obteve grandes resultados. O interesse despertado evidenciava-se pelo número de visitantes que recebiam. Em Saltaire, as visitas incluíram políticos, intelectuais, delegações de arquitetos, e industriais, que apreciavam as explicações do proprietário do local, que enumerava as vantagens econômicas que tal sistema de gestão do trabalho poderia propiciar-lhes.

Nesse período, “o industrial parece acreditar ter obtido um modelo de organização social, em que um grupo operário, amplamente submetido por uma poderosa rede de controles, surge, finalmente, como qualificado para colaborar com a tão sonhada harmonia burguesa” (CORREIA, 1998, p.186).

Titus Salt faleceu em 1876, ano no qual Saltaire já estava completa e o industrial já havia virado Sir Titus. Em 1892 a fábrica e a vila foram colocadas à venda e no ano seguinte, compradas por um consórcio de empresários de Bradford. Na crise econômica de 1930, as casas da vila foram vendidas para a compra de novo maquinário para a fábrica. Na década de 50, ela era apenas mais uma dentre as várias empresas de seus proprietários.

A partir de 1987, após ser mais uma vez vendida, tornou-se um dos melhores exemplos de como re-utilizar um complexo industrial histórico, de maneira criativa, sem comprometer a integridade



Figura 6: habitações operárias.
Fonte: Correia, 1998.



Figura 7: habitações de padrão mais elevado.
Fonte: Styles, 1990.

arquitetural, como salientou Styles (1990). Várias sessões da fábrica passaram a ter uso comercial, enquanto outras, com atividades culturais e artísticas.

Esta experiência traz estreitas relações com a Vila Maria Zélia, construída pelo empresário Jorge Street em 1916, como será analisado a seguir.

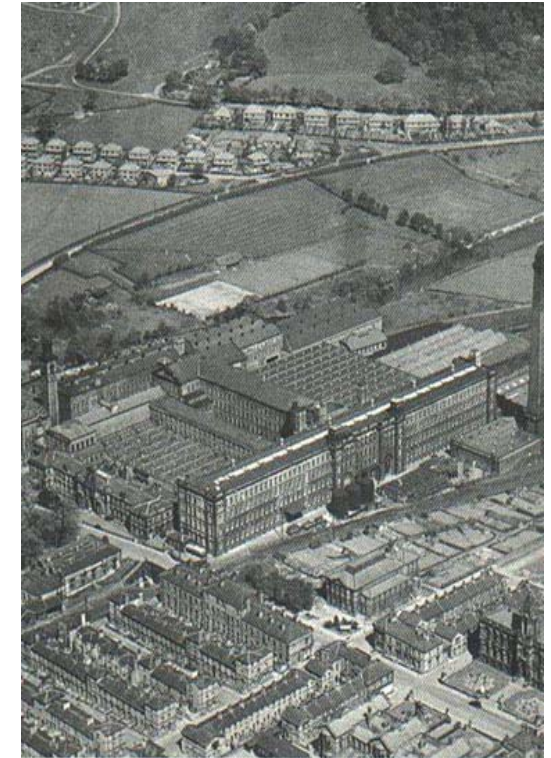


Figura 8: vista da fábrica com a vila.
Fonte: Reynolds.

Vila Maria Zélia – São Paulo-SP

Em 1916, o empresário Jorge Street construiu a vila operária Maria Zélia da Companhia Nacional de Tecidos de Juta, no bairro operário do Belenzinho, ou seja, no entroncamento entre os bairros do Brás, Belém e Penha. A intensa atividade econômica dessa região, juntamente com o ritmo de vida dos seus moradores-trabalhadores, tornou essa zona da cidade de São Paulo barulhenta, cinzenta e cheia de chaminés, ativas desde o começo do século.

Jorge Street (1863-1938), proprietário e idealizador dessa vila foi um dos pioneiros na implantação da indústria na Brasil, em um período onde só a agricultura era valorizada. Assim, lutou pela implantação da tecelagem, uma vez que considerava que, com a expansão desta prática, haveria mercado para o desenvolvimento da fiação.

Era proprietário da Companhia São João que produzia juta, e, em 1904, ao transferi-la para São Paulo, o empresário comprou a Fábrica Santana, também produtora de juta. Em 1912, pensando em transferir-se agora para o Rio de Janeiro, fez um grande empréstimo junto a bancos ingleses, e, ao encontrar uma área no Belenzinho, optou por ficar. Esta área era suficientemente grande, em um bairro operário, com abundância de mão-de-obra e água em quantidade necessária a todas as etapas da produção têxtil.

Imediatamente começou a construção de sua indústria, que “nunca ficou pronta”, uma vez que os investimentos foram suspensos com a guerra em 1914. Embora tivesse que enfrentar várias dificuldades de ordem financeira e de produção, o projeto da vila operária é que centralizava os interesses do industrial.

Com projeto do arquiteto francês Pedarrieux, ela possuía perto de 200 casas unifamiliares, higiênicas e confortáveis, destinadas à habitação de seus operários. E, como precursora dentre os conjuntos habitacionais operários, teve também construído um conjunto de equipamentos coletivos, como: creche, jardim de infância, dois grupos escolares com capacidade de 400 pessoas cada um,

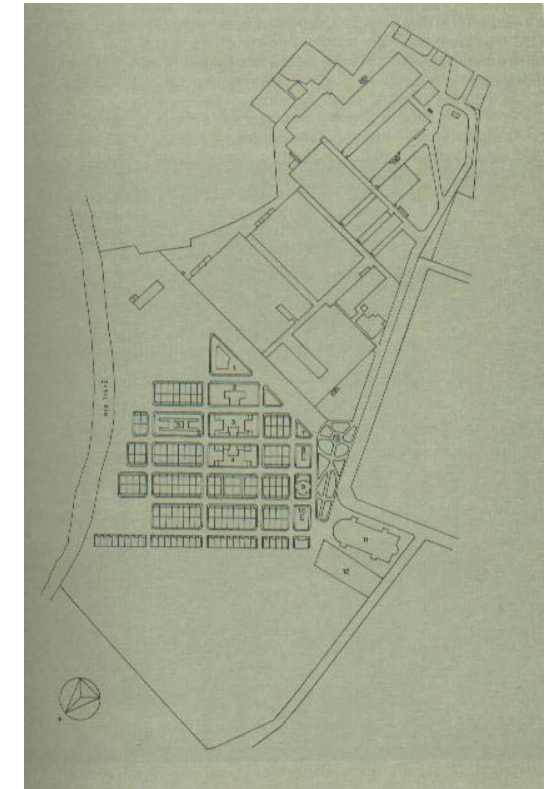


Figura 9: implantação da vila M. Zélia.
Fonte: Benclowicz, 1989.

escolas profissionais, farmácia, médico, dentista, açougue, armazém, campo para jogos esportivos, uma associação recreativa e beneficente (organizada juridicamente e composta somente por seus operários), ou seja, tudo que pudesse concorrer para amenizar a vida do trabalhador, no período do “não-trabalho”. Jorge Street assim descrevia suas intenções:

Quero dar ao operário não só ótimas condições de trabalho e consciência do seu valor na produção na qual coopera, mas um verdadeiro bem estar na sua casa, tanto do ponto de vista financeiro, como higiênico e moral. Por isso comprei uma grande área de terreno, no Belenzinho, muito maior que a necessária para uma indústria, e, enquanto no centro instalei uma fábrica modelo, onde os operários trabalham não só como brutos, mas como seres humanos iguais a nós todos, em redor mandei construir casas para moradia dos trabalhadores, com toda a comodidade e conforto da vida social atual, cobrando um aluguel inferior a 2/3 daquele exigido por outros proprietários fora do estabelecimento [...] (CUSANO, 1921, p.266-283 apud BENCLOWICZ, 1989, p.256-257).

Segundo relatos, a preocupação de Street era o bem-estar dos operários, sua vocação era a obra social e se reconhecia como sendo um paternalista, no sentido de querer melhores condições para o operariado. Em contrapartida, o alto investimento na vila, fez com que sua situação econômica se agravasse, não conseguindo completar a obra. Ela foi projetada em traçado ortogonal com os edifícios comunitários próximos entre si e ao acesso principal.

As residências eram de um só pavimento, sendo todas geminadas, ao redor de quarteirões, com as fachadas anteriores voltadas para as ruas principais, abrindo para as travessas, somente as janelas. Algumas das casas apresentavam recuos em relação ao alinhamento das calçadas, permitindo um pequeno jardim na sua frente.

As calçadas eram todas cimentadas, mas a rua não era pavimentada, possuindo apenas meio fio de tijolos justapostos e arredondada. As áreas verdes de maior porte localizavam-se junto ao



Figura 10: vista geral da vila M. Zélia.
Fonte: Benclowicz, 1989.



Figura 11: vista da vila M. Zélia.
Fonte: Blay, 1985.

acesso principal da vila, e também, próximas ao rio.

O conjunto foi todo construído em alvenaria de tijolo, revestida com cimento e pó de pedra. Nos edifícios maiores, a estrutura é de ferro fundido. Assoalho, forro e esquadrias em madeira, e piso em madeira ou em ladrilho hidráulico francês. O pé direito era de quatro metros. A cobertura de telhas planas de cimento-amianto vindas da Inglaterra, recortadas nas dimensões usuais da telha de ardósia. Somente nos chalés foi usada a telha tipo Marselha.

Ao todo eram seis os tipos de plantas, para três casas diferentes: casa tipo, de esquina e chalé. As casas de esquina eram as maiores com três quartos, sala, cozinha e banheiro externo. As restantes possuíam dois quarto, os banheiros não tinham acesso direto ao interior das casas, e os dos chalés, construídos em 1920, tinham dimensões maiores. Os quarteirões residenciais, dentro de um corpo contínuo de casas geminadas, foram tratados arquitetonicamente como um todo. As linhas geometrizes dos frisos ornamentais que caracterizavam as fachadas dos conjuntos residenciais eram antecipações do “Art Déco”, que se expandiria em São Paulo a partir do final da década de 20.

O projeto arquitetônico e urbanístico possuía influência inglesa. Presume-se que seu modelo tenha sido inspirado na vila operária de Saltaire, construída em 1851 pelo empresário têxtil Titus Salt, já estudada nesta monografia. O projeto da Maria Zélia foi realizado em 1912, em Bradford, fato que confirma a hipótese levantada, e também pela igreja da Vila, construída em estilo gótico inglês, ter clara inspiração no projeto da Bolsa de Lã de Bradford, segundo análise feita em Benclowicz (1989).

Construir lares e fortalecer os laços familiares era entendido por Jorge Street como um momento crucial na formação de trabalhadores produtivos e não ameaçadores para os patrões. A preocupação com a higiene nas habitações esteve sempre presente no discurso do industrial:

Morada são com bastante sol e luz e os cômodos de acordo com as necessidades das famílias operárias mais comuns. Dois, três e quatro quartos foram os tipos adotados, dando-se a eles um aspecto alegre e convidativo, construindo as casas em um só

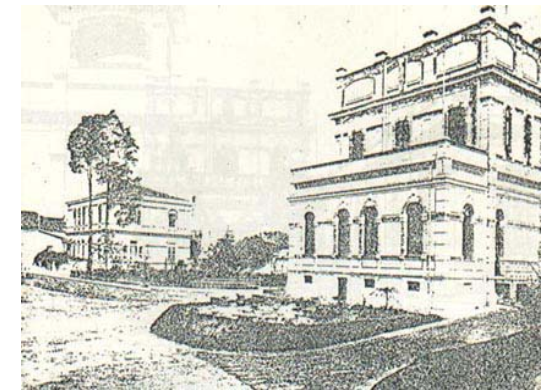


Figura 12: vista da área administrativa.
Fonte: Benclowicz, 1989.



Figura 13: vista do Grupo Escolar.
Fonte: Blay, 1985.

pavimento e em ruas largas, tirando assim em aparência e de fato qualquer idéia de promiscuidade (STREET, 1980, p.448-449 apud CORREIA, 1998, p.127).

As casas que construiu eram alugadas por 20 ou 25 mil-réis (1917), conforme o tamanho, e os dormitórios individuais por 10 mil-réis. O empresário não aceitava dormitórios coletivos e não era permitida a sublocação dos imóveis, muito menos a permanência de pessoas que não fossem das famílias. Havia também alojamento pra solteiros, com quartos, salas de estar e de jantar, sala de costura, cozinha, sanitário, sala de banho e tanques.

Maria Zélia possuía o caráter de núcleo fabril, isolado, até o momento em que a cidade se estendeu, incorporando-a em sua malha urbana, com isso, o controle sobre o operário passou a ser ainda maior. Assim, ficou totalmente isolada do convívio social, apesar de internamente, haver peças de Molière no teatro, torneios esportivos, festas, e futebol. A escola e a creche empregavam pessoal leigo, e o único religioso do local era um padre católico, responsável pela Igreja. A escola não era apenas vista como uma forma de educar as crianças, mas como forma de viabilizar a liberação da mão-de-obra feminina. Existia um regulamento que presidia a vida dos moradores da vila, proibindo barulhos após as 9 horas da noite, assim como brincadeiras infantis nas ruas, venda de bebidas alcoólicas em bares e em festas sem permissão. Para morar lá, era necessário declarar-se católico, percebe-se assim, como a indústria enfatizava a religião na formação de um operário dócil.

O industrial acreditava que seus investimentos retornariam em forma de produção, porém não houve tempo para constatar tal resultado. Com o agravamento da situação financeira, perde a Vila Maria Zélia para Nicolau Scarpa em 1923. Depois de seis anos passou para a família Guinle, em pagamento a hipotecas vencidas. E posteriormente ainda, foi transferida ao IAPI e depois ao INPS, devido às dívidas fiscais. Com a crise de 1930, Street perde tudo e se dedica até o fim de sua vida ao que mais lhe interessava que foi a melhoria da vida dos operários, tanto através da Federação das Indústrias, como do Departamento da Indústria no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

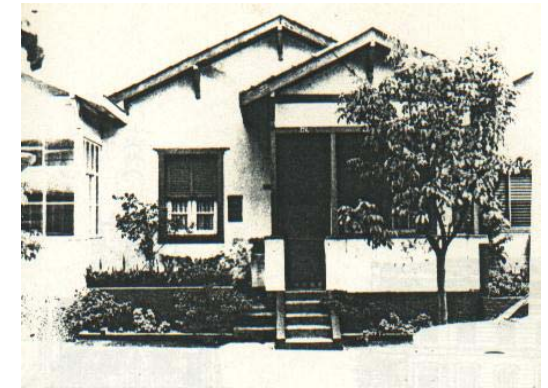


Figura 14: tipologias – chalé.
Fonte: Blay, 1985

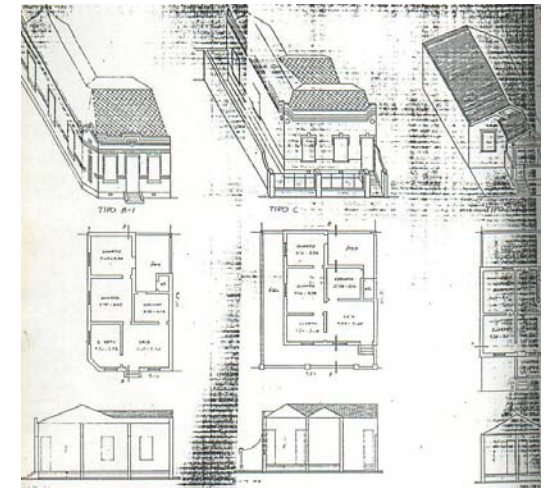


Figura 15: tipologias habitacionais.
Fonte: Benclowicz, 1989.

Apesar de ter sido considerado um industrial à frente do seu tempo, ele era um empresário baseado no lucro, no produto do trabalho por ele comprado. Assim, mesmo sendo humanitário e preocupado com certo bem-estar de seus operários, ele não podia abrir mão das longas jornadas de trabalho, do trabalho do menor e da mulher depois do parto, alegando ser esta, uma imposição do empresariado. Este era o momento da expansão do capitalismo industrial concorrencial.

Segundo dona Deolinda, uma antiga funcionária e moradora da Maria Zélia, em depoimento a Blay (1985), percebe-se como era a vida de quem lá vivia e trabalhava: “Não tive infância, não tive mocidade, não tenho velhice, não conheço nada da vida, conheço só o trabalho [...]”. E complementa ainda:

No armazém, se comprava e descontava no pagamento. Não tinha dono, o armazém era da firma. Às vezes, depois do desconto, sobrava um pouco. Médico e remédio não pagava. Nem escola, creche, nem dentista. Aqui era a sede do clube. Faziam festa baile, vinham dançar. Tinha um bar (tem até hoje). Uma família não podia dar festa pra mocidade que trabalhava na fábrica. Se casava, não tinha festa não. Baile tinha nos sábados, domingo, num dia de festa assim [...] Não sei porque a fábrica tinha tudo isso aqui. Não sei se dava lucro. Só sei que quem é bom dura pouco (BLAY, 1985, p.231).

Na época em que realizou sua pesquisa, a autora constatou que na Maria Zélia, além do já descrito jardim, havia ainda 178 residências distribuídas por 9 ruas, o Grupo Escolar Maria Zélia e o Colégio Manuel da Nóbrega, em cujo frontispício se lê “Escola de Meninos”, e que fica em frente ao grupo escolar, “Escola de Meninas”. Havia ainda a igreja católica, um armazém, um depósito material, um bar, uma pequena oficina de calçados desativada, e um escritório de administração da vila. E descreve também o contraste muito grande que presenciou entre o silêncio e a grande quantidade de automóveis estacionados em suas ruas estreitas.



Figura 16: tipologia - casas geminadas.
Fonte: Benclowicz, 1989.

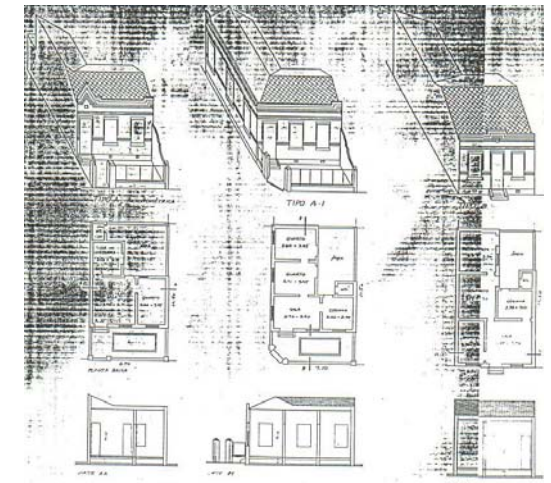


Figura 17: tipologias habitacionais.
Fonte: Benclowicz, 1989.

O nível de formalização das relações fora mantido com a criação de uma espécie de escritório administrativo, dentro da vila, que cuida da limpeza interna, do estacionamento e de problemas com o INPS. Os moradores mais antigos da vila, em vários relatos, demonstraram muita consciência do sentido histórico do lugar onde moram.

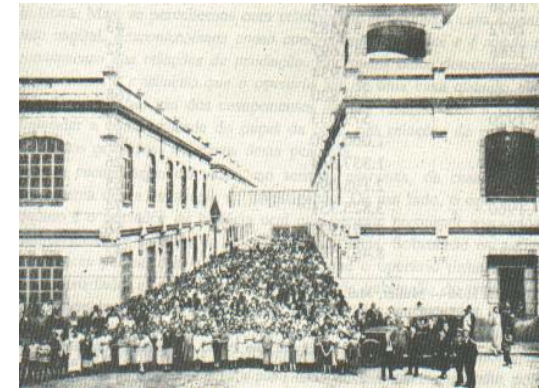


Figura 18: inauguração da fábrica.
Fonte: Blay, 1985.



Figura 19: fábrica e operários.
Fonte: Bonduki, 1998.

Núcleo dos operadores da CESP – UHE Bariri-SP

A partir da década de 1930 assiste-se a uma inovação significativa na forma de organização das vilas operárias e dos núcleos fabris. Aconteceu a emergência da figura do arquiteto e urbanista elaborando planos urbanos para estes espaços. Tais planos, ora revelavam uma nítida inspiração no modelo cidade-jardim, ora evidenciavam uma forte influência do urbanismo do CIAM; manifestando-se em termos das propostas, da metodologia do projeto e do discurso justificativo das alternativas adotadas.

A presença de moradias para os operadores das hidroelétricas ocorre no país desde as pequenas usinas iniciais. Sendo geralmente um pequeno número de habitações de estilo eclético, dispostas em fila, erguidas nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do século XX.

Uma das referências fundamentais do período posterior das indústrias de energia elétrica no Brasil foi a experiência desenvolvida no Vale do Rio Tennessee, nos Estados Unidos, em torno da *Tennessee Valley Authority*. A TVA foi um esforço inserido no New Deal norte-americano, de 1933, uma iniciativa federal de planejamento territorial, e que possuía múltiplos objetivos. Ou seja, um projeto de desenvolvimento regional integrado, no qual a arquitetura teve participação de destaque no processo de supervisão de todas as realizações, como nas barragens, nas centrais hidroelétricas, nas habitações e nas obras complementares do sistema viário.

Os arquitetos da TVA foram responsáveis pelos projetos de residências dos operários de barragens, posteriormente ocupadas pelos encarregados de operação das centrais hidroelétricas, as chamadas “vilas de operadores”, pequenas “cidades” a serviço das operações energéticas. Algumas das preocupações dos arquitetos envolvidos no programa foram estudos de projetos habitacionais envolvendo pré-fabricação, industrialização, e alojamentos desmontáveis e transportáveis.

Entre as empresas que criaram núcleos residenciais para seus empregados no Brasil, durante o século XX, situam-se as de geração de energia elétrica privadas, e, sobretudo, estatais. A implantação

de usinas hidrelétricas exige a construção de “vilas definitivas” nas quais se instalavam os engenheiros e técnicos da usina, e a existência de “vilas provisórias” destinadas aos trabalhadores absorvidos no período de obras.

A concepção dos projetos geralmente recuperava os princípios básicos que costumavam reger a organização espacial de núcleos fabris: dispersão, neutralização das ruas, moradias econômicas, confortáveis, higiênicas e protegidas dos estranhos, pensadas como lugar de repouso, e vida familiar. Conseqüentemente, os projetos de arquitetura destes empreendimentos tendiam a partir da idéia de “mini-cidade”, cujo programa era definido em função das características particulares do empreendimento.

No projeto quase sempre estavam presentes influências da própria formação do projetista, que tendia a introduzir os valores culturais de sua região de origem, e que acabavam por coincidir com os valores de dirigentes da empresa. Em muitos casos, apesar de se observarem os devidos cuidados em relação à adaptação das construções ao clima local, os projetos terminavam por diferenciar-se daquilo que se verificava na região, causando, alguma vezes, estranheza.

Fisicamente os projetos acabavam por reafirmar o caráter fechado das vilas. A separação desta, em relação às áreas adjacentes, assumia um caráter de proteção do patrimônio da empresa e de seus empregados, sendo feita através de cercas ou muros, de acidentes naturais (matas ou rios), de cinturões agrícolas ou mesmo de guardas.

Nas primeiras hidrelétricas dos anos 50 e começo dos 60, as empresas concessionárias paulistas construíam e mantinham núcleos residenciais para seus próprios trabalhadores, normalmente em áreas privilegiadas próximas ao futuro lago e que, após a conclusão das obras, eram destinados a acomodar os operadores das usinas e suas famílias. Bem construídos e com boa manutenção, esses conjuntos, além das casas, possuem pequenos hotéis, clubes, piscinas e áreas para prática esportiva e cuidadoso tratamento paisagístico.

A Centrais Elétricas de São Paulo – CESP – foi criada em 1966, pela fusão de 11 empresas, e desde então passou a realizar todos os passos de produção, desde os estudos de viabilidade dos aproveitamentos até a distribuição domiciliar da energia. A estatal abrangia cerca de 30 usinas no Estado, tornando-se importante não só em termos numéricos, mas também em termos projetuais, pois dentre as usinas encontravam-se as mais variadas tipologias de núcleos habitacionais, com a participação de grandes engenheiros e arquitetos.

A vila de operadores da UHE Álvaro de Souza Lima foi construída simultaneamente às obras da usina - em 1962 - no município de Bariri (interior de São Paulo), uma vez que abrigaria as famílias dos engenheiros e operadores da empresa, assim que ela entrasse em operação. Localizava-se próxima à barragem, posição estratégica usada para facilitar o controle e aumentar a produtividade, uma vez que os funcionários estavam sempre perto e prontos para trabalhar. Previam-se cerca de 40 residências, das quais localizaram-se na área apenas 15, juntamente com um restaurante, área de lazer com quadras, campo de futebol e piscina e playground.

A vila era separada do seu entorno por cercas, e a entrada e saída de pessoas era controlada por uma portaria. Seguiu um traçado simples, no qual as casas ficavam dispostas ao redor de um pátio. Este tipo de disposição remete a algumas utopias urbanas do século XIX – como o modelo concebido por Robert Owen para sua *New Harmony* – e a alguns núcleos fabris de engenheiros brasileiros desse século.

Um zoneamento social pôde ser identificado, uma vez que as casas de mesma tipologia ficavam agrupadas em uma mesma rua. A área de lazer com campo, playground e piscina, localizava-se em uma das extremidades do núcleo, sendo o restante ocupado por grandes áreas verdes de preservação. Na área próxima à margem do rio Tietê foi criado um lago artificial usado para criação de peixes.

O sistema viário não possuía uma hierarquia rígida, todos os caminhos levavam à área central - onde ficavam as casas - e terminavam em “cul-de-sacs” que davam acesso às áreas verdes. As

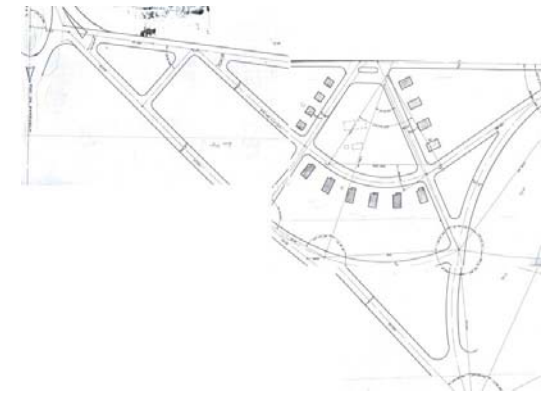


Figura 20: implantação do núcleo da CESP.
Fonte: AES Tietê.



Figura 21: vista aérea do núcleo da CESP.
Fonte: AES Tietê.

alamedas onde se localizavam as casas eram muito arborizadas e se dispunham em torno de um pátio central triangular, ficando em sua parte central um bloco reunindo restaurante e sala de TV, e provavelmente uma casa de hóspedes.

Quanto à arquitetura, as casas seguiam uma forma semelhante e com o mesmo padrão de construção: alvenaria tradicional com telhado em duas águas e telha cerâmica, detalhes de revestimento em pedra nas fachadas, e esquadrias em madeira. Também possuíam todas elas garagens na lateral e terraço na entrada, recuperando a idéia de alpendre frontal, e um padrão típico de construções das cidades do interior. Fato este, talvez contraditório, uma vez que a grande maioria dos seus futuros moradores viria de cidades grandes. Além disso, variavam quanto ao número de quartos, formando três blocos:

Bloco A: casa com três dormitórios, sala, copa, cozinha e banheiro. Essas casas possuíam um acabamento em madeira nos telhados (semelhante ao das casas da vila residencial da cidade) e os terraços eram vedados externamente com tijolo vazado.

Bloco B: casa com dimensões maiores, mas também de três quartos.

Bloco C: casa com dois quartos, sala, cozinha, banheiro e terraço.

As casas eram chalés com terraços na fachada frontal. Em algumas casas, apliques de madeira definiam um frontão. Elementos que remetiam à linguagem da arquitetura moderna surgiam nos terraços: panos de cobogós, teto com laje plana e delgadas colunas que em algumas casas tinham seções circulares. Possuíam também elementos - alicerce e colunas – revestidos com pedra.

Dentro da vila, supõe-se que a vida das famílias dos engenheiros da empresa chegava a se assemelhar com o que hoje conhecemos como o padrão dos condomínios fechados, tanto pelo isolamento do município em que se insere, como pela separação interna em zonas, como de habitações, lazer, administração, etc. Dessa forma, fugia bastante ao caráter de vila operária fechada e tutelada, que foi analisada primeiramente nessa monografia em Saltaire e na Maria Zélia. Dessa



Figura 22: rua com casas do bloco B.
Fonte: Vianna, 2003.



Figura 23: casa do bloco B.
Fonte: Vianna, 2003.

maneira, possuía equipamentos de lazer e todas as facilidades que o cotidiano em um espaço afastado do centro urbano e com grandes áreas verdes permite, apesar da dependência externa no que se referia ao abastecimento, ensino e saúde.

Outro fato interessante de se levantar é, que junto com o desenho das habitações, os espaços verdes foram cuidadosamente demarcados, como se tentassem amenizar no conjunto, os efeitos de uma entorno agressivo, como o de uma metrópole. Ao mesmo tempo, esses espaços caracterizavam-se muito mais como lugar de passagem do que de estar. Da mesma forma, a demarcação de um lote para o outro não era assim tão evidente, sendo feita nos blocos de habitações de mesmo padrão, pelos espaços destinados à garagem.

Apesar de ter seu acesso restrito e de fazer parte do patrimônio da empresa, ou seja, não se tinha propriedade das casas, o espaço parecia ser de grande prestígio e aceitação dentre os funcionários. Após o fim das obras, seis novas residências foram construídas no centro da cidade de Bariri, seguindo o mesmo padrão de construção da vila, para que os engenheiros chefes continuassem morando perto da empresa e não mais viajassem, como a maioria dos funcionários passou a fazer nesse momento, e o faz até hoje.

Assim, percebe-se que a CESP evoluiu de uma visão que justificava o uso de vilas isoladas e próximas às usinas, para o estabelecimento de uma política de recursos humanos que não diferencia seus funcionários de operação dos demais setores da companhia. Com o fim das obras, o núcleo de residências e as dependências acessórias existentes próximas à usina, foram doados à Fundação CESP, que as transformou em colônia de férias para os seus funcionários. As casas foram reformadas, sendo algumas convertidas em duas casas, outras divididas em apartamentos. O tratamento dado às fachadas foi mantido. No restante, a área de lazer foi ampliada, assando a receber um tratamento paisagístico mais aprimorado. Em 1999 a Fundação CESP desativou a colônia de férias e o espaço foi arrendado, e reaberto como Hotel Pousada Villa Bariri, que ainda é de propriedade da UHE.



Figura 24: rua com casas do bloco A.
Fonte: Vianna, 2003.



Figura 25: casa do bloco A.
Fonte: Vianna, 2003.

Considerações finais

O objetivo principal desta monografia foi mostrar através das transformações ocorridas a partir da Revolução Industrial, o desenvolvimento da habitação operária na cidade de São Paulo. Entende-se que a história das cidades só foi significativa com o conhecimento da história da moradia operária.

Assim, ao longo do texto, descreveu-se o panorama da primeira fase da industrialização paulistana, no qual a concentração de grandes massas de trabalhadores se fez presente, bem como sua carência por habitações. Através do relato de experiências preventivas que tentavam solucionar esse problema, percebeu-se claramente a influência exercida pelos países europeus, tanto nas construções operárias, como também nas atitudes de alguns industriais.

A idéia de habitações bem construídas, higiênicas e econômicas, se fazia presente não só como padrão de moradia, mas principalmente como forma de moralização e controle do operariado. Essa forma paternalista de controle através das vilas, sob razões “pretensamente” sanitárias, e com uma clara divisão social do espaço urbano, privilegiava somente as classes dominantes.

As idéias filantrópicas e humanizantes dos utopistas ingleses tiveram rebatimento no projeto da vila Maria Zélia de Jorge Street, que, como pôde ser visto, guardava muitas semelhanças com a experiência precursora da vila de Saltaire de Titus Salt. Ambas foram grandes complexos, nos quais, além da vila propriamente dita, encontravam-se inúmeros equipamentos comunitários, como escolas, creches, hospitais, igrejas, etc., que ajudavam a reforçar o caráter de núcleo fechado desses espaços, afastados das grandes cidades, vistas como *locus*, por excelência, da temida questão social.

Em relação à opção por casas unifamiliares, geminadas e no alinhamento dos lotes, estreitos e alongados, permitindo uma maior ocupação do interior da quadra, sabe-se que teve suas origens na Inglaterra, como também em algumas cidades industriais alemãs, francesas e dos Países Baixos. Sempre seguindo o modelo de habitação burguês, bem como seus hábitos, vestimentas, alimentação, etc.

Com o tempo, novas influências foram sentidas na produção da habitação operária, como analisado no projeto da CESP para a vila dos operadores de Bariri. Apesar de manter várias das características apresentadas anteriormente, esse núcleo de empresa já fazia parte de outro contexto, no qual não havia mais a necessidade da construção de equipamentos comunitários, permitindo-se assim uma relação mais estreita com a cidade em que se inseria, apesar de seu caráter ainda fechado e controlado.

O plano desse núcleo revelou uma nítida inspiração no modelo cidade-jardim, junto com uma separação funcional, evidenciando também, forte influência do urbanismo do C.I.A.M., em termos da proposta, da metodologia do projeto e do discurso justificativo das alternativas adotadas. A opção por casas unifamiliares econômicas, confortáveis, higiênicas e protegidas dos estranhos, pensadas como lugar de repouso e vida familiar, ainda se fazia presente, bem como a utilização do recurso da dispersão e neutralização das ruas.

Conclui-se, portanto, que as vilas operárias e, sobretudo, os núcleos fabris construídos por industriais, representaram o momento em que o projeto de reordenamento das cidades, capaz de converter em espaço normalizado, os lares, o espaço de produção, de consumo e de lazer - organizado e controlado pelas classes dominantes - esteve mais próximo de se concretizar.

Essa experiência iniciada no passado nunca se interrompeu, as casas foram sendo sucessivamente oferecidas por empresas nacionais, particulares ou estatais, e também por multinacionais que se instalaram no Brasil, adaptando-se sempre aos interesses delas, mas principalmente, do mercado.

Referências

BENCLOWICZ, Carla M. Prelúdio Modernista: construindo a habitação operária em São Paulo. 1989. Dissertação (mestrado) - FAU-USP, São Paulo, 1989.

BLAY, Eva A. Eu não tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo. São Paulo: Nobel, 1985.

BONDUKI, Nabil G. Origens da Habitação Operária no Brasil. São Paulo, Estação Liberdade: FAPESP, 1998.

CORREIA, Telma de Barros. Moradia e trabalho: o desmonte da cidade empresarial. In: Encontro Nacional da ANPUR, 7., 1997, Recife. Anais... Recife: UFPE, 1997, p.715-727.

_____. Pedra: Plano e cotidiano operário no Sertão. O projeto urbano de Delmiro Gouveia. Campinas-SP: Papirus, 1998.

GUERRAND, Roger-Henry. Espaços privados. In: PERROT, M. (org.) História da vida privada. V. 4: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 325-411.

MARINS, P. C. G. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: SEVCENKO, N. (org.) História da vida privada no Brasil. República: da Belle Époque à Era do Rádio V. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

REYNOLDS, Jack. Saltaire: An introduction to the village of Sir Titus Salt. Bradford: Bradford Art Galleries and Museums, 1985.

SANTOS, Denise Mônaco dos. Atrás dos muros: unidades habitacionais em condomínios fechados de São Paulo. 2002. Dissertação (mestrado) - EESC-USP, São Carlos, 2002.

SEGAWA, Hugo. Prelúdio à metrópole. São Paulo: Atelier, 2000.

STYLES, John. Titus Salt and Saltaire: Industry and virtue. Saltaire: Salts Estates, 1990.

TRAMONTANO, Marcelo C. Paris-São Paulo-Tokyo: novos modos de vida, novos espaços de morar. 1998. Tese (doutorado) – FAU-USP, São Paulo, 1998.

TOLEDO, B. L. São Paulo: Três Cidades em um Século. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1981.

VIANNA, Mônica P. Barra Bonita e Bariri: de núcleo residencial a centro de lazer. 2003. Relatório Final (Iniciação Científica) – FAPESP: setembro de 2002 a agosto de 2003.